

# 12. Existem outros contratos em que os lucros são lícitos?

Sim. Outros contratos, como arrendamentos (*locatio*), parcerias (*societas*), anuidades ou rendas (*census/redditus*), têm lucros lícitos.

“Nós ordenamos que você faça o dote ser atribuído a [o marido] sob qualquer segurança que ele possa fornecer, ou em qualquer caso, confie-o a algum comerciante, para que do ganho honesto [o marido] possa sustentar os encargos do matrimônio.”

*[...mandamus, quatenus dotem assignari faciatis eidem sub ea quam potest cautione praestare, vel saltem alicui mercatori committi, ut de parte honesti lucri dictus vir onera possit matrimonii sustentar...]*

Papa Inocêncio III (1161-1216), Carta ao Arcebispo de Gênova, [Decretals Lib IV, Tit 20, Cap VII](#)

“Um contrato deste tipo [ou seja, o censo ou *redditus*] não pode ser considerado usurário em sua forma, pois é uma venda e não um *mutuum*.”

*[Huiusmodi contractus, non potest censerī usurarius ex forma, quia venditio est, et non mutuum.]*

Papa Inocêncio IV (1195-1243), [Apparatus in quinque libris Decretalium, Lib V, Tit. XIX, Cap. V](#)

“Por outro lado, aquele que confia seu dinheiro a um comerciante ou artesão de modo a formar uma espécie de sociedade [*societatis*], não transfere a propriedade de seu dinheiro para eles, pois permanece seu, de modo que por seu risco o comerciante especula com ele, ou o artesão o usa para seu ofício, e consequentemente ele pode legitimamente exigir como algo que lhe pertence,

*parte dos lucros derivados de seu dinheiro.”*

São Tomás de Aquino (1225-1274), [ST II-II, q.78, a.2, ad. 5](#)

“Mas se as pessoas concedem seu dinheiro a outros para outro uso em que o dinheiro não é consumido, sua vontade será a mesma consideração em relação às coisas que não são consumidas em seu próprio uso, coisas que são legitimamente alugadas e arrendadas [*locantur et conducuntur*]. E assim, se alguém dá dinheiro selado em uma bolsa para que alguém o apresente como garantia e depois recebe uma recompensa, isso não é usura, pois envolve um aluguel ou arrendamento [*locatio et conductio*], não um contrato de empréstimo [*mutui*].”

São Tomás de Aquino (1225-1274), [De Malo, q. 14, a. 4, ad. 15](#)

“Nós, portanto, ... a fim de remover toda dúvida decorrente dessas hesitações, por nossa autoridade Apostólica, declaramos por estas presentes cartas que os contratos mencionados [ou seja, censo ou *redditus*] são lícitos e em concordância com a lei, e que os referidos vendedores, cedendo toda oposição, são efetivamente obrigados ao pagamento das rendas e receitas em conformidade com os termos dos referidos contratos.”

Papa Calisto III (1378-1458), [Regimini Universalis](#)

“Mas antes, que todas as pessoas saibam que as Sociedades [*societas*] desta natureza, quando um homem contribuir daqui para frente com dinheiro, animais ou outras coisas ou bens, e outro cede seu trabalho ou indústria, devem ser formadas ou celebradas honestamente, sinceramente e com boa fé, como deve ser, com condições justas e corretas, de acordo com as disposições da lei.... Além disso, que os contratantes calculem os frutos, custos e perdas, e que os compartilhem e dividam de forma justa e correta.”

Papa Sisto V (1521-1590), [Detestabilis Avaritia](#)

“Nem se nega que muitas vezes é possível para alguém, por meio de contratos totalmente diferentes de empréstimos [*mutui*], gastar e investir dinheiro

*legitimamente, seja para se prover de uma renda anual ou para se engajar em comércio e negócios legítimos. Desses tipos de contratos, um ganho honesto pode ser obtido.”*

*Papa Bento XIV (1675-1758), [Vix Pervenit 3.III](#)*

---

Revision #2

Created 12 April 2025 19:56:32 by Admin

Updated 12 April 2025 20:29:32 by Admin